
DIREITO
DO ESTADO
EM DEBATE

Conselho Editorial

Adriane Reis de Araújo
Aldacy Rachid Coutinho
Carlos Frederico Marés de Souza Filho
Celso Luiz Ludwig
Érica de Oliveira Hartmann
Eros Belin de Moura Cordeiro
Eroulths Cortiano Junior
Fernando Borges Mânica
Fernando Campos Scaff
Guilherme Roman Borges
Jacinto Nelson de Miranda Coutinho
Jair Lima Gevaerd Filho
Joe Tennyson Velo
Jorge Cavalcanti Boucinhas Filho
José Anacleto Abduch Santos
José Antonio Peres Gediel
Jozélia Nogueira
Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Luiz Osório Moraes Panza
Manoel Caetano Ferreira Filho
Marcia Carla Pereira Ribeiro
Miguel Gualano de Godoy
Paulo Ricardo Schier
Ricardo Saavedra Hurtado
Rodrigo Luís Kanayama
Rodrigo Xavier Leonardo
Roland Hasson
Safira Orçatto Meirelles do Prado
Sandro Marcelo Kozikoski
Sérgio Cruz Arenhart

Conselheiros Convidados

Diogo Luiz Cordeiro Rodrigues
Eduardo Moreira de Lima Rodrigues de Castro
Melissa Folmann
Noa Piatã
Rafael Soares Leite

Comissão Editorial

Ana Cláudia Bento Graf
Audrey Silva Kyt
Leila Cuéllar
Luyza Marks de Almeida
Vinícius Klein

Coordenadoria de Estudos Jurídicos da PGE-PR

Leila Cuéllar

DIREITO DO ESTADO EM DEBATE

REVISTA JURÍDICA
DA PROCURADORIA-GERAL
DO ESTADO DO PARANÁ

2016



Dados internacionais de catalogação na publicação
Bibliotecária responsável: Neuza Lúcia Staub CRB 9/763

REVISTA JURÍDICA DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO
PARANÁ. Curitiba : PGE, 2016

v. 7 - 2016

Anual

ISSN : 2316-3070

1. DIREITO – PERIÓDICOS. I. PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DO PARANÁ.

CDD - 340.05

CDU - 35(05)

As opiniões e os entendimentos externados nos artigos, na jurisprudência comentada e na produção jurídica/peça judicial são de responsabilidade exclusiva dos autores, não se confundindo com os adotados pelo Conselho Editorial, Comissão Editorial ou pela instituição Procuradoria-Geral do Estado do Paraná.

Todos os textos aqui publicados foram aprovados pelo sistema ‘double blind peer review’ por dois professores membros do Conselho Editorial, sem interferência da Comissão Editorial.

comissaoeditorial@pge.pr.gov.br

Revisão

Annalice Del Vecchio

Capa e Editoração Eletrônica

Glauce Midori Nakamura

Apresentação

A advocacia pública estaria em meio a uma crise? Parece que a melhor resposta é sim, mas com a importante consideração de que se trata de uma crise benéfica e até necessária e que, de certa forma, decorre da própria crise do Estado pós-moderno. Trata-se de uma crise existencial, diante da qual a advocacia pública é provocada a melhor definir seu espaço no cenário estatal e em relação às demais carreiras de Estado.

Dos trabalhos selecionados para publicação, vê-se o surgimento de elementos novos, alguns originários do Direito Privado, e a tentativa de se encontrarem novas formas de solução de conflitos, apresentando-se uma advocacia pública voltada à eficiência e à prevenção de litígios.

Eis a nova face que se pretende dar às Procuradorias Gerais, sendo que o Estado do Paraná, conforme tradição, vem despontando com ideias inovadoras e audaciosas. Por certo, a transformação já está sendo notada como decorrência do paulatino ingresso da Procuradoria Geral nas atividades consultivas e preventivas e o conseqüente minguar da atividade contenciosa.

A advocacia pública exerce papel fundamental na preservação dos atos administrativos e aí se configura sua importância incomensurável na melhoria da qualidade dos serviços públicos, em especial, no tão falado combate à corrupção – que, lamentavelmente, olvida, na maioria das vezes, do inarredável papel de protagonista da advocacia pública.

Essa temática é tratada em diversos pontos dos trabalhos que compõem a revista e interessam não apenas às procuradorias e advocacias gerais, mas também à advocacia privada, magistratura, ministério público e defensoria.

Devo parabenizar a todos que colaboraram por mais este bem-sucedido trabalho, em especial, ao Conselho Editorial, à Comissão Editorial e à Coordenadoria de Estudos Jurídicos da PGE.

Esperamos que a leitura seja proveitosa.

Curitiba, 2 de dezembro de 2016.

Paulo Sergio Rosso
Procurador-Geral do Estado do Paraná

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
<i>Paulo Sergio Rosso</i>	
I – ENSAIOS	
O Futuro da Advocacia Pública: A Ação Preventiva e Proativa	11
<i>Diogo de Figueiredo Moreira Neto</i>	
<i>Aline Paola C. B. Câmara de Almeida</i>	
<i>Flávio Amaral Garcia</i>	
 Cassação de Mandato, o Novo Efeito Suspensivo Automático do Código Eleitoral e a Tutela de Evidência do NCPC	 37
<i>Luiz Fernando Casagrande Pereira</i>	
II – DOUTRINA	
Os Contornos do Controle Abstrato de Constitucionalidade Estadual <i>The Contours of Abstract State Control of Constitutionality</i>	 81
<i>Bruno Gontijo Rocha</i>	
 “Estado de Coisas Inconstitucional” e Diálogo no Supremo Tribunal Federal “State of Unconstitutional Things” and Dialogue in the Supreme Court of Brazil	 117
<i>Caio César Bueno Schinemann</i>	

Convênio 92/2015 e as Hipóteses de Substituição Tributária no ICMS <i>Covenant 92/2015 and Cases of Tax Substitution in the ICMS</i>	143
--	-----

Dayana de Carvalho Uhdre

Sistema Interamericano de Direitos Humanos e Controle de Convencionalidade no Brasil <i>Inter-American Human Rights System and Conventionality Control in Brazil</i>	183
--	-----

Ana Carolina Ribas

Lucas Carli Cavassin

O Artigo 334 do CPC/2015 e a Audiência de Conciliação ou Mediação quando em Juízo a Fazenda Pública <i>The Article 334 (CPC/2015) and the Conciliation or Mediation Court Hearing When the State Figures as a Part in Court</i>	215
---	-----

Isabel Kluever Koneski

III – JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

A Saga da Atualização da Dívida Fazendária	249
---	-----

Felipe Barreto Frias

IV – PRODUÇÃO JURÍDICA DA PGE

O Conteúdo do Anteprojeto de Engenharia no Regime de Contratação Integrada	285
---	-----

Hamilton Bonatto